



IMPERIALISMO, SIONISMO E A TRAGÉDIA/RESISTÊNCIA DO POVO PALESTINO

Soraya Misleh¹

Resumo

O presente texto foi apresentado em 2025 como parte da Conferência de Encerramento da XII Jornada Internacional de Políticas Públicas, evento bianual realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Reflete sobre imperialismo, sionismo e a tragédia/resistência do povo palestino. Entendida como forma de limpeza étnica e de genocídio para a colonização, desenvolvida pelo Estado de Israel contra os habitantes da Palestina, essa tragédia, transmitida ao mundo através das novas tecnologias de informação e da comunicação, é baseada em ideologias supremacistas e racistas, justificando não apenas a eliminação do povo autóctone, mas sua desumanização, satanização e invisibilização.

Palavras-chave: Questão palestina; genocídio; limpeza étnica; novas tecnologias.

IMPERIALISM, ZIONISM, AND THE TRAGEDY/RESISTANCE OF THE PALESTINIAN PEOPLE

Abstract

This text was presented, in 2025, as part of the closing session of the 12th International Conference on Public Policy, a biennial event organized by the Graduate Program in Public Policy at the Federal University of Maranhão. It reflects on imperialism, Zionism, and the tragedy and resistance of the Palestinian people. Understood as a form of ethnic cleansing and genocide aimed at colonization—carried out by the State of Israel against the inhabitants of the Palestine—this tragedy is broadcast to the world via new information and communication technologies. It is rooted in supremacist and racist ideologies that justify not only the elimination of the indigenous population but also their dehumanization, demonization, and erasure from public view.

Keywords: Palestine question; genocide; ethnic cleansing; new technologies.

Artigo recebido em: 19/09/2025 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30335>

¹ Jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo, com especialização em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestre e doutora em Letras - Área: Estudos Árabes pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: sorayamisleh@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O colono faz a história e sabe que a faz. E como se refere constantemente à história da metrópole, indica com clareza que está aqui como prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é, pois, a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação onde ele rouba, viola e espalha a fome. A imobilidade a que está condenado o colonizado não pode ser impugnada, senão quando o colonizado decide pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização.

Frantz Fanon¹

O mundo assiste há três anos² ao genocídio do povo palestino em Gaza, graças às novas tecnologias, transmitido ao vivo e em cores, cujos repórteres são aqueles que estão sob risco de extermínio, todos os dias. A destruição é tamanha que não há mais como registrar tantos mortos – consequentemente, os dados que se apresentam são subestimados. É o que ratificou a relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese, em coletiva de imprensa no dia 15 de setembro de 2025, ao declarar que

710 é o número de dias de horror absoluto que o povo de Gaza suportou, e 65 mil é o número de palestinos supostamente mortos, dos quais mais de 75% são mulheres e crianças. Mas, na verdade, deveríamos começar a pensar em 680 mil, porque este é o número que alguns acadêmicos e cientistas afirmam ser o verdadeiro.³

Sua referência é a análise apresentada pelos acadêmicos e cientistas Richard Hill e Gideon Polya⁴, que indicava já em julho de 2025 que o número de assassinados pelas forças de ocupação sionistas no genocídio em Gaza poderia ser 12 a 14 vezes superior aos então cerca de 50 a 55 mil que vinham sendo divulgados pela “mídia ocidental”. Em dois meses, somaram-se mais 10 mil. Considerando a estimativa, com base no mapeamento da destruição na estreita faixa e levando em conta as mortes pelo que os autores denominam “privação imposta” – ou seja, as indiretas, para além dos assassinatos violentos –, talvez já tenham inclusive superado os alarmantes 680 mil de dois meses antes, dos quais 380 mil, também conforme os estudiosos, eram crianças. Significa que mais de 1/3 da população palestina de Gaza já havia sido exterminada – e o genocídio segue.

Um verdadeiro Holocausto em um campo de concentração que Israel converteu há 18 anos, por meio de um bloqueio criminoso, a estreita faixa – então área mais densamente povoada do mundo, em que nos seus 365 km² se espremiavam mais de 2,2 milhões de palestinos, submetidos a massacres periódicos.

A morte segue à espreita. As bombas não param de ser lançadas pelas forças de ocupação sionistas sobre as cabeças de homens, mulheres, idosos, crianças, animais. Se escapam das bombas ou balas, podem não sobreviver à sede, às doenças e infecções diante de massiva destruição e à fome.

A ONU confirmou oficialmente, em 22 de agosto de 2025, que a fome imposta por Israel aos palestinos de Gaza é a realidade. Para quase 250 mil mulheres e meninas a morte por inanição é iminente; para outras meio milhão, a situação é de grave desnutrição.⁵ A Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas para os Territórios Palestinos Ocupados, após investigação, finalmente declarou, em 16 de setembro de 2025, que Israel cometeu genocídio em Gaza. Em sua análise, identificou que suas práticas se enquadram em

[...] quatro dos cinco atos genocidas definidos pela Convenção para a Prevenção e Combate ao Crime de Genocídio de 1948, a saber: matar, causar danos físicos ou mentais graves, impor deliberadamente condições de vida calculadas para causar a destruição total ou parcial dos palestinos e impor medidas destinadas a impedir nascimentos.⁶

Israel busca, assim, a “solução final” na contínua *Nakba* – palavra árabe que significa catástrofe, cuja pedra fundamental é a formação deste estado racista e colonial em 78% da Palestina, sobre os corpos e os escombros das suas aldeias e cidades, em 15 de maio de 1948⁷ – ironicamente, no mesmo ano em que foi assinada a referida convenção, em Nova York, no dia 9 de dezembro, momento em que os palestinos ainda se enfrentavam com expulsões remanescentes para consolidação de fato do estado sionista. A convenção entrou em vigor somente em 12 de janeiro de 1951. O Brasil ratificou decreto que o tornaria responsável também por prevenir e combater o crime de genocídio em 15 de abril de 1952, o qual foi promulgado pouco menos de um mês depois.⁸ Meu pai, Abder Raouf, foi um dos sobreviventes da *Nakba* de 1948: ele tinha 13 anos de idade, e juntamente com meus avós e tios, foi expulso violentamente de sua aldeia, Qaqun, a qual foi destruída⁹.

Enquanto a XII Jornada Internacional de Políticas Públicas era realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), entre 16 e 19 de setembro de 2025, Israel avançava impunemente na prática do crime contra a humanidade de genocídio e também em outro, na Cisjordânia: o aprofundamento da limpeza étnica, com “experimentos Gaza” sobretudo no norte desta outra parte do território palestino. Ambos, juntamente com a Cidade Velha de Jerusalém (lado oriental), correspondem aos 22% restantes após a colonização violenta em 1948 e foram ocupados militarmente por Israel em 1967. Mais expulsão de palestinos e mortes.

2 MAIS DE 120 ANOS DE COLONIZAÇÃO, MAIS DE 78 ANOS DE CONTÍNUA NAKBA

Desde 1948 os palestinos enfrentam uma contínua *Nakba*. Portanto, nada começou em 7 de outubro de 2023 – uma ação coordenada da resistência, o que é direito legítimo dos povos sob colonização, sob todos os meios, conforme o Direito Internacional e resoluções da ONU¹⁰.

A partir de sua falsa propaganda de guerra contra o povo palestino e diante de cumplicidade internacional histórica, além dos bilhões de dólares do imperialismo estadunidense e suas armas para manter seu enclave militar na região do Oriente Médio e Norte da África, bem como das potências europeias, Israel se sentiu avalizado para levar a cabo seu projeto expansionista e buscar a “solução final”.

Colonização por povoamento. É o que sintetiza a tragédia palestina, há mais de 120 anos. O termo implica a substituição de uma população nativa, originária, por outra estrangeira – portanto, não prescinde de limpeza étnica e genocídios. Como explica o antropólogo e pesquisador do tema Patrick Wolfe, a premissa é “a eliminação das sociedades nativas. Os colonizadores vêm para ficar – a invasão é uma estrutura, não um evento”.¹¹

É o que aconteceu no extermínio dos indígenas nas Américas, inclusive no Brasil e no Maranhão. No Museu Arqueológico e de História Natural de São Luís, parte dessa história é contada. Ali apresenta-se o grande morticínio dos povos originários na colonização por povoamento perpetrada por europeus a partir do século XVI. Esta é a realidade dos palestinos, submetidos a constante ameaça de apagamento do mapa há mais de 78 anos, na contínua *Nakba*. Para os palestinos, neste cenário, resistência não é uma escolha, é existência.

A história moderna da Palestina é marcada por limpeza étnica e genocídio para a colonização, que utiliza as ideologias supremacistas e racistas padrão na busca por eliminação de um povo nativo, desumanizando-o, demonizando-o, invisibilizando-o. Converte-os em corpos matáveis, como se assiste hoje em Gaza e na Cisjordânia.

3 SIONISMO POLÍTICO MODERNO

Essa ideologia é fundante ao sionismo político moderno, que surge em fins do século XIX e se encontra com as ambições imperiais europeias e sua expansão colonial na região do Oriente Médio e Norte da África, de olho em suas riquezas, sobretudo o petróleo.

O “pai” do sionismo político moderno é o jornalista judeu austro-húngaro Theodor Herzl (1860-1904). Em seu “O estado judeu” (*Der Jundestaat*), publicado em 1896, ele aponta as bases para a constituição do futuro estado hebreu pretendido em local em que houve experiências de colonização judaica “dignas de nota”¹² e as diretrizes para a organização da sociedade a ser criada.¹³ No Primeiro Congresso Sionista na Basileia, Suíça, em 1897, seus 200 delegados definem como destino a Palestina, em que a maioria da população nativa não era judia.¹⁴

3.1 “Transferência” populacional

Ante essa realidade, a “transferência” populacional – um eufemismo para limpeza étnica planejada – habitava as ideias dos sionistas desde o início do projeto colonial, como demonstra o historiador palestino Nur Masalha.¹⁵ Ou seja, transferência de judeus da Europa via imigração para a Palestina e da população nativa árabe não judia para fora de suas terras, compulsoriamente. Os métodos eram dois: conquista da terra, via assentamento dos imigrantes e limpeza étnica planejada de palestinos não judeus; e conquista do trabalho, via exclusão da mão de obra nativa, após estabelecimento de atividades pelos sionistas que chegavam.¹⁶

Para assegurar a imigração de judeus da Europa para a Palestina, era necessário convencê-los que a transferência para aquelas terras seria o único caminho para se livrarem do “antisemitismo” – termo que se refere à discriminação contra semitas. O sionismo era ainda minoritário e mesmo malvisto, por sua postura contrarrevolucionária e busca de acordos com os opressores. Exemplo mencionado pelo escritor e ativista estadunidense Lenni Brenner¹⁷ é o encontro entre Herzl e o chefe da polícia secreta do czar e organizador dos *pogroms*, von Plehve, ao início do século XX, em que o fundador do sionismo político moderno teria pedido apoio para garantir a imigração de judeus à Palestina, comprometendo-se, em troca, a não antagonizar com a monarquia absolutista russa e buscar a defecção dos judeus das ideias e organizações revolucionárias – das quais se aproximavam diante da opressão brutal que sofriam.

Em seu “O estado judeu”, Herzl vincularia, assim, a chamada “questão judaica” – para ele, herança da Idade Média – não à religião ou ao aspecto social, mas a um problema nacional.

Herzl empreendeu esforços para obter o apoio das elites judaicas e governantes europeus ao projeto sionista. Segundo Avi Shlaim¹⁸, seu pressuposto “não declarado” e de seus sucessores era que o movimento alcançaria o seu objetivo “não através de um entendimento com os palestinos locais, mas por meio de uma aliança com a grande potência dominante do momento”. Esse parceiro seria a Grã-Bretanha, que vislumbrava a Palestina como sua “futura aquisição” e ficaria de fato como sua mandatária após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – quando o Império Turco-Otomano, que dominava o Oriente Médio e Norte da África há quase 400 anos, é derrotado pelos aliados europeus, que então dividem entre si a região como espólio de guerra.

Após o I Congresso Sionista, dois rabinos foram enviados à Palestina para reconhecimento do local. Em telegrama, eles descreveram o cenário com que o movimento que visava criar um estado judeu naquelas terras teria que lidar: “A noiva é bela, mas está casada com outro

homem.”¹⁹ Em outras palavras, os visitantes anunciavam que a Palestina não era um descampado, um lugar deserto e inabitado.

Ou seja, ao lançarem o *slogan* “Uma terra sem povo para um povo sem terra”, os sionistas não desconheciam a presença da população nativa. Desprezavam-na e demonstravam o intento de expulsá-la e eliminá-la. De acordo com Masalha, Israel Zangwill – criador desse lema que viria a fazer parte dos mitos sionistas – apresentou a remoção de árabes da Palestina como pré-condição para a realização do projeto colonial.²⁰

Segundo Shlaim, independentemente da linha sionista, que incluía os denominados trabalhistas, os moderados e os revisionistas – cujo fundador foi o judeu russo Zeev Jabotinsky (1880-1940) –, a ideia de que era preciso o apoio de uma grande potência para consolidar o projeto sionista prevalecia. Assim como a necessidade de estimular a imigração judaica e transferir os palestinos nativos, usando a força militar para tanto. A diferença era que os revisionistas consideravam essa opção explicitamente.²¹

Nur Masalha apresenta uma série de citações de lideranças sionistas que demonstram a predominância da ideia de transferência voluntária ou compulsória da população árabe local como base para a constituição de um estado exclusivamente judeu na Palestina. Segundo ele, essa ideia foi articulada desde cedo. “Theodor Herzl forneceu uma referência prévia à transferência mesmo antes de delinear sua teoria de renascimento sionista em seu *Judenstaat*.”²² Ainda conforme Masalha, em 12 de junho de 1895, visando a transição de uma “sociedade de judeus” a Estado, Herzl escreveu em seu diário:

Quando nós ocuparmos a terra, nos traremos imediatamente benefícios ao Estado que nos receberá. Nós precisamos expropriar com cuidado a propriedade privada nos estados alinhados conosco. Nós tentaremos, quando a população paupérrima cruzar a fronteira, procurar emprego a eles na mudança de países, enquanto vamos negar-lhes qualquer emprego em nosso próprio país. Os proprietários de terra virão para o nosso lado. Ambos, o processo de expropriação e a remoção dos pobres, precisam ser feitos discreta e circunspectamente.²³

Em um diálogo entre dois pioneiros do Hovevie Zion (Amantes de Sião), em 1891, também foi exposta a ideia de transferência. Um deles afirmou que a terra “na Judéia e Galileia está ocupada por árabes”. Seu interlocutor respondeu: “É muito simples. Vamos assediá-los até que eles partam. Vamos deixá-los ir à Transjordânia.”²⁴ O primeiro premiê de Israel em 1948, David Ben-Gurion, igualmente indicou a importância da ideia de transferência em várias citações em seu diário²⁵. Também segundo Masalha, em carta a seu filho Amos, de 5 de outubro de 1937, Ben-Gurion escreveu que

Devemos expulsar os árabes e tomar seu lugar [...] e se temos que usar a força, não para despojar de suas propriedades aos árabes do Negev e Transjordânia, mas para garantir nosso próprio direito de assentamentos em ditos lugares, a força estará a nossa disposição.²⁶

Masalha aponta que foram formados comitês de transferência que apresentaram vários planos e propostas a lideranças árabes de países vizinhos com o objetivo de transferir os palestinos não judeus em geral para a Transjordânia, Síria e Iraque nos anos 1930 e 1940.²⁷

A ideia de transferência dos árabes seria um eufemismo para limpeza étnica. O conceito foi discutido em Comissão de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992. Com base nas informações fornecidas por essa comissão, o secretário-geral apresentou ao presidente do Conselho de Segurança documento relativo à Guerra Civil iugoslava (1991-2001), datado de 24 de maio de 1994. Nesse, consta a seguinte definição para limpeza étnica, oriunda de um “nacionalismo equivocado”: “tornar uma área etnicamente homogênea pelo uso da força ou intimidação para remover pessoas de determinados grupos”. Ainda de acordo com o informe, tais atos abrangem a remoção forçada da população civil local, em violação à lei internacional, mediante o uso de métodos de coerção como

[...] assassinato em massa, tortura, estupro e outras formas de agressão sexual; lesões corporais graves a civis; maus tratos a prisioneiros civis e prisioneiros de guerra, utilização de civis como escudos humanos; destruição de propriedade pessoal, pública e cultural; saques e roubos; expropriação forçada de propriedades; forte deslocamento da população civil [...].

Além disso, no informe consta que “represálias, retaliação ou vingança” não servem como justificativa à violação de leis internacionais e Convenções de Genebra. Na concepção de Pappé, a definição se enquadra no que aconteceu na Palestina em 1948, ano da criação do Estado de Israel. Segundo ele, foram traçados planos com o objetivo de preparar as forças paramilitares sionistas para as ofensivas nas áreas rurais e urbanas após a saída dos britânicos da Palestina, que ficaram com o mandato sobre aquelas terras como espólio da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (Ibidem: 53). Os planos foram: A (esboçado por Elimelech Avnir, comandante da Haganah em Tel Aviv, a pedido de Ben Gurion em 1937); B (concebido em 1946); C (uma fusão de ambos); e, por fim, D (Dalet). Sobre os três primeiros, Pappé afirma que o propósito foi “dissuadir” a população palestina de atacar os assentamentos judeus e reprimir ofensivas²⁸.

3.2 Plano Dalet

O plano que selou o destino dos palestinos foi o Dalet. O nome foi dado pelo Alto Comando Sionista. Conforme Pappé, “independentemente de se esses palestinos decidiam colaborar ou opor-se a esse estado judeu, o Plano Dalet propunha sua expulsão de forma sistemática e total de sua pátria”.²⁹ Derradeiro, e o mais agressivo, este foi finalizado em reunião das lideranças sionistas no local que se convertera no quartel-general da Haganah, a Casa Vermelha em Tel Aviv – atual capital de

Israel -, em 10 de março de 1948. Esse plano continha mapas indicando por onde os grupos paramilitares atacariam cada aldeia, como seriam essas incursões, a partir das informações de cada vila, mapeadas nos anos 1940.

Cada brigada “recebeu uma lista das aldeias que deveria ocupar. A maioria das aldeias estava destinada à destruição, e somente em casos excepcionais os soldados receberam ordens para deixá-las intactas”.³⁰

Impulsionado pela recomendação feita pela Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, de partilha da Palestina em um estado árabe e um judeu, o deslocamento de palestinos se expandiu significativamente.

Relatos e documentos dão conta das táticas utilizadas pelos grupos paramilitares sionistas. De posse das informações de cada local, enquanto em boa parte das aldeias há indicações de que a estratégia era atacar deixando-se uma única saída para os habitantes saírem rumo a países árabes vizinhos, em outras, cercava-se dos quatro lados, não havendo como escapar. Nessas, os massacres e atrocidades são descritos por historiadores como Ilan Pappé. Serviram de propaganda para expulsar os palestinos que viviam em aldeias vizinhas.

Os britânicos permaneceram na Palestina até 15 de maio de 1948. Assim que a Inglaterra partiu, os Estados Unidos reconheceram o Estado de Israel. Dois dias depois, foi a vez de a União Soviética fazê-lo, a qual teve papel fundamental para a limpeza étnica, ao enviar armas às gangues paramilitares sionistas via Tchecoslováquia, enquanto os árabes enfrentavam embargo militar britânico e os palestinos se encontravam absolutamente vulneráveis, após terem sido desarmados à derrota da revolução de 1936-1939 contra a colonização sionista e o mandato britânico.

O Brasil, que presidiu a Assembleia Geral da ONU e votou a favor da partilha da Palestina, não tardou a reconhecer o estado de Israel, o que o fez em 7 de fevereiro de 1949.

A *Nakba* se consolidou com a destruição de 531 aldeias, além do esvaziamento de 11 bairros urbanos, culminando com a expulsão de 800 mil palestinos, de um total aproximado de 1,2 milhão. Em 1967 mais 350 mil foram expulsos.

4 CONCLUSÃO: resistência e solidariedade

A *Nakba* continua. Os palestinos resistem, por isso existem. Mas não podem parar a quarta potência bélica sem que suas bases materiais sejam afetadas. Apela, assim, em suas palavras, aos “povos livres do mundo” para que pressionem seus governos e estados nacionais por

isolamento internacional a Israel. Desde o Brasil é urgente exigir a ruptura de todas as relações com o estado genocida. Esta é tarefa de primeira ordem da solidariedade.

Outra ação importante é promovida pela Global Sumud Flotilha, que tenta romper o cerco criminoso a Gaza, e é fundamental a denúncia da realidade dramática enfrentada pelo povo palestino no campo de concentração imposto por Israel. Que a solidariedade siga a se inspirar no *sumud* palestino – firmeza, persistência e resiliência como resistência – e jamais esmoreça, na certeza de que o destino daquela terra e povo é a libertação nacional, do rio ao mar, com retorno dos milhões de refugiados à Palestina.

REFERÊNCIAS

HERZL, Theodor. **O estado judeu**. Trad. David José Perez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KHALIDI, Rashid. **The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood**. New York: Columbia University Press.

KHALIDI, Walid. **All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948**. Washington: Institute for Palestine Studies, 1998.

_____. Plan Dalet: master plan for the conquest of Palestine. **Journal of Palestine Studies**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/23122101/Walid-Khalidi-Plan-Dalet-Master-Plan-for-the-Conquest-of-Palestine>. Acesso em: 26 maio 2012.

MASALHA, Nur. **Expulsão dos palestinos: O conceito de “transferência” no pensamento político sionista, 1882-1948**. São Paulo: MEMO/Ed. Sundermann, 2021.

MISLEH, Soraya. Al Nakba. **Um estudo sobre a catástrofe palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

PAPPÉ, Ilan. **História da Palestina moderna – uma terra, dois povos**. Trad. Ana Saldanha, Lisboa: Ed. Caminho, 2007.

_____. **A limpeza étnica da Palestina**. Trad. Luís Gustavo Soares, São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

_____. **The Forgotten Palestinians – A History of the Palestinians in Israel**. London: Yale University Press, 2011.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe**. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

TAMARI, Salim (ed.), **Jerusalem 1948** – The Arab Neighbourhoods and their Fate in the War. The Institute of Jerusalem Studies & Badil Resource Center, Second Revised Edition, 2002.

Notas

¹ FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. Tradução de Julieta Campos, 3ª. edição (México: FCE, 2001), p. 45.

² Período atualizado em 14 de setembro de 2026, assim como alguns dados neste artigo. (Nota da Autora)

³ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS/ADITAL. A relatora da ONU para a Palestina diz que pode haver dez vezes mais mortes do que o estimado em Gaza. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/657270-a-relatora-da-onu-para-a-palestina-diz-que-pode-haver-dez-vezes-mais-mortes-do-que-o-estimado-em-gaza>. Acesso em: 17 de setembro de 2025

⁴ HIL, Richard e POLYA, Gideon. Skewering History: The Odious Politics of Counting Gaza's Dead. Arena Online, 11 de julho de 2025. Disponível em: <https://arena.org.au/politics-of-counting-gazas-dead/>. Acesso em: 17 de setembro de 2025.

⁵ UN Women. What it means to be a woman in Gaza today, 12 de setembro de 2025. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2025/09/what-it-means-to-be-a-woman-in-gaza-today>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

⁶ Unispal. Israel has committed genocide in the Gaza Strip, UN Commission of Inquiry finds, 16 de setembro de 2025. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/israel-has-committed-genocide-in-the-gaza-strip-un-commission-finds-16sep25/>. Acesso em: 17 de setembro de 2025.

⁷ MISLEH, Soraya. Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina. (São Paulo, Editora Sundermann, 2017).

⁸ ORGANIZATION OF AMERICAN STATES (OAS). Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADio.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2025.

⁹ MISLEH, Soraya. Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina. (São Paulo, Editora Sundermann, 2017).

¹⁰ Dentre elas, está a Resolução 37/43 de 1982 da ONU. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/40572?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2025.

¹¹ WOLFE, Patrick. Settler Colonialism and the transformation of Anthropology – The Politics and Poets of Ethnographic Event (London and New York: Cassel, 1999), p. 2.

¹² HERZL, Theodor. O Estado judeu. Tradução de David José Perez (Rio de Janeiro: Garamond, 1998), p. 65.

¹³ Idem, pp. 69-116.

¹⁴ MISLEH, Soraya. Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina, p. 28.

¹⁵ MASALHA, Nur. Expulsão dos palestinos – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista, 1882-1948. Tradução: Leo Misleh e Teresa Bosco Ferreira (São Paulo: Editora Sundermann: 2021), pp. 17-22.

¹⁶ MISLEH, Soraya. Al Nakba – Um estudo sobre a catástrofe palestina, p. 44.

¹⁷ BRENNER, Leni. The Iron Wall – Zionist Revisionism from Jabotinsky to Shamir, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/document/mideast/ironwall/index.htm>. Acesso em: 17 de setembro de 2025.

¹⁸ SHLAIM, Avi. A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. (Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004), p. 41.

¹⁹ Ibidem, p. 40.

²⁰ MASALHA, Nur. Expulsão dos palestinos – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista, 1882-1948. Tradução: Leo Misleh e Teresa Bosco Ferreira (São Paulo: Editora Sundermann, 2021), p. 10.

²¹ SHLAIM, Avi. A muralha de ferro – Israel e o mundo árabe. Trad. Maria Beatriz Penna Vogel. (Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004), p. 54.

²² MASALHA, Nur. Expulsão dos palestinos – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista, 1882-1948. Tradução: Leo Misleh e Teresa Bosco Ferreira (São Paulo: Editora Sundermann, 2021).

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ PAPPÉ, Ilan. A limpeza étnica da Palestina. Tradução: Luiz Gustavo Soares (São Paulo: Editora Sundermann, 2016), pp. 19 e 53.

²⁹ Ibidem, p. 54.

³⁰ Ibidem, p. 164 e 166.